

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Janeiro/2019



## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

### Concurso Público para Preenchimento de Vagas de Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-001

Nº do Documento  
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Agradecer, admirar e apreciar as coisas boas da vida é salutar.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

## O futuro de uma desilusão

*A ilusão de que uma metafísica calcada na ciência permitiria banir o mistério do mundo caducou – e agora? O que nos resta fazer? Não se pode esperar da ciência respostas a inquietações que estão constitutivamente além de seu horizonte de possibilidades. A ciência só se coloca problemas que ela é capaz, em princípio, de resolver, ou seja, questões que se prestam a um tratamento empírico-dedutivo e cujas respostas admitem a possibilidade da refutação.*

*Há um equívoco em abordar as extraordinárias conquistas do método científico com o olhar expectante da busca religiosa ou metafísica. Ao mesmo tempo, contudo, parece simplesmente descabida, além de irrealista, a pretensão de se limitar a esfera do que é pertinente inquirir à província da investigação científica, como se a ciência gozasse da prerrogativa de definir ou demarcar o âmbito do que há para ser explicado no mundo. Uma coisa é dizer que o animal humano partilha dos mesmos objetivos básicos – sobreviver e re-produzir – das demais formas de vida; outra, muito distinta, é afirmar que “nenhuma espécie, inclusive a nossa, possui um propósito que vá além dos imperativos criados por sua história genética” e que, portanto, a espécie humana “carece de qualquer objetivo externo à sua própria natureza biológica”: pois, ao dar esse passo, saltamos da observação ao decreto e da constatação ao cerceamento da busca.*

*A teima interrogante do saber não admite ser detida e barrada, como contrabando ou imigrante clandestino, pela polícia da fronteira na divisa onde findam os porquês da ciência.*

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 37-38)

1. Ao considerar os poderes da ciência, o autor julga que eles
  - (A) são ilimitados quando a ciência se dispõe a aplicar seu método clássico de deduzir e debater seus resultados.
  - (B) não devem nos fazer imaginar que os resultados das pesquisas possam ter um alcance de significação universal.
  - (C) afirmam-se em seu campo próprio de investigação, não lhes cabendo responder a todas as questões humanas.
  - (D) são mais produtivos em setores do pensamento comprometidos com a especulação reflexiva e a imaginação.
  - (E) revelam-se úteis quando expandem seus domínios para muito além de uma verificação empírico-dedutiva.

---

2. No segundo parágrafo, o que o autor considera simplesmente descabido é o fato de
  - (A) limitar o campo das investigações humanas ao estrito critério da competência científica.
  - (B) os seres humanos alimentarem um olhar expectante, em seu compromisso com a religião.
  - (C) as criaturas humanas partilharem com os animais seu atendimento a necessidades básicas da vida.
  - (D) se considerar que se pode ir além de um resultado científico buscando questionar sua validade.
  - (E) se imaginar que as criaturas humanas possam se sentir superiores às outras espécies animais.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *uma metafísica calcada na ciência* (1º parágrafo) = uma imaginação adversa ao método científico.
  - (B) *admitem a possibilidade da refutação* (1º parágrafo) = sancionam a hipótese da reiteração.
  - (C) *a esfera do que é pertinente inquirir* (2º parágrafo) = o círculo do que se admite refutar.
  - (D) *demarcar o âmbito* (2º parágrafo) = destituir o alvo visado.
  - (E) *A teima interrogante do saber* (3º parágrafo) = A obstinada investigação do conhecimento.

---

4. Há presença de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na seguinte frase:
  - (A) Reservam-se aos cientistas a prerrogativa de investigar os fenômenos valendo-se do método dedutivo.
  - (B) Haverá de ocorrer, a cada vez que se espera demais da ciência, reações frustradas pela falta de resposta.
  - (C) Não se deve imaginar, obviamente, que caibam aos métodos científicos atender a inquirições metafísicas.
  - (D) Ao se identificarem nossos objetivos com os dos animais, em nada se reduz a altura da nossa consciência.
  - (E) Os limites que não se admitem impor-se ao conhecimento são por vezes desconsiderados.

---

5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Delimitar o âmbito da ciência, julga o autor do texto que é necessário, para que se mantenham em nós todos o direito a cultivar muitos outros âmbitos pensativos.
  - (B) É uma premissa do autor do texto a convicção de que o próprio método utilizado pela ciência já constitui uma delimitação do campo de conhecimento a ser explorado.
  - (C) Não houvessem outras razões, a existência mesmo das interrogações metafísicas já seriam motivo para investigarmos as coisas de cujos méritos não cabem à ciência atender.
  - (D) Não existem fronteiras no caminho do conhecimento no qual os homens se entregam com vistas à responder as questões que lhes assentam no fundo de seu espírito investigativo.
  - (E) Há cientistas tão assim ciosos de sua competência, que eles não admitem haver conhecimento para além das fronteiras, que já constituíram para nada as ultrapassar.



6. Um segmento do texto permanecerá correto e manterá seu sentido, caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se indica entre parênteses, no seguinte caso:
- (A) *uma metafísica calcada na ciência permitiria banir o mistério* (facultaria difundir-lhe o enigma)
  - (B) *Há um equivoco em abordar as extraordinárias conquistas* (engano em efetuar a abordagem das)
  - (C) *Ao mesmo tempo, contudo, parece simplesmente descabida* (ainda assim, por conseguinte)
  - (D) *possui um propósito que vá além dos imperativos* (se dissuada das obrigações)
  - (E) *carece de qualquer objetivo externo à sua própria natureza* (imune de)

**Atenção:** Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

### Envelhecer

*Vá um homem envelhecendo, e caia na tolice de pensar que envelhece por inteiro – famosa tolice. Alguém já notou: envelhecemos nisto, não naquilo; este trecho ainda é verde, aquele outro já quase apodrece; aqui há seiva estuando, além é coisa murcha.*

*A infância não volta, mas não vai – fica recolhida, como se diz de certas doenças. Pode dar um acesso. Outro dia sofri um ataque não de infância, mas de adolescência: precipitei-me célere, árdego\*, confuso. Meus olhos estavam úmidos e ardiam; mãos trêmulas; os demônios me apertavam a garganta; eu me sentia inibido, mas agia com estranha velocidade por fora. Exatamente o contrário do que convém a um senhor de minha idade e condição.*

*Pior é o ataque de infância: o respeitável cavalheiro de repente começa a agir como um menino bobo. Será que só eu sou assim, ou os outros disfarçam melhor?*

\*árdego: impetuoso.

(BRAGA, Rubem. **Recado de primavera**. Rio de Janeiro: Record, 1984, p. 71)

7. O segmento que inicia o texto – *Vá um homem envelhecendo, e caia na tolice* – deve ser entendido como
- (A) aconteça de um homem envelhecer, e cair na tolice.
  - (B) se um homem envelhecer, cairá na tolice.
  - (C) ainda que ocorra de envelhecer, um homem cairá na tolice.
  - (D) mesmo vindo a envelhecer, cairá um homem na tolice.
  - (E) irá envelhecendo um homem, ao cair na tolice.
8. Em relação à passagem do tempo na vida de cada um, o autor acredita que
- (A) as experiências vividas se tornam progressivamente mais intensas, trazendo com isso acréscimos à maturidade do sujeito.
  - (B) o envelhecimento paulatino traz a sensação de que nos tornamos aptos a escolher os momentos que quisermos reviver.
  - (C) a velhice atinge as pessoas de tal modo que a partir de certo momento elas se creem inteiramente rejuvenescidas, em sua perturbação.
  - (D) o envelhecimento se dá de modo irregular, de tal sorte que pode haver mesmo alguns recuos para fases já vividas pela pessoa.
  - (E) um afortunado acúmulo de experiências provoca em nós incontrolável nostalgia, que aciona nossa mais fértil imaginação.
9. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Caso envelhecêssemos por inteiro, não haveremos de frequentar sensações já vividas.
  - (B) Alguém já terá notado que o que vivemos não pudesse retornar senão com o auxílio da nossa imaginação.
  - (C) Se meus olhos não estivessem úmidos, eu não haveria como me dar conta da força daquela emoção.
  - (D) À medida que as emoções iam tomando conta de mim, maior a inibição que me impedia a fala.
  - (E) Pior ataque costumava ser o da infância, quando esta se imporia a mim de modo súbito e intenso.
10. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) A quem (**preocupar**) os óbices da velhice se fosse sempre possível reviver algumas de nossas melhores experiências da infância?
  - (B) Acredita o autor que (**poder**) chegar a sucumbir a ataques de infância quem está vivendo muito mal o próprio envelhecimento.
  - (C) Não se (**lamentar**) pelos infortúnios dos dias que correm o velho que guarda no tesouro da memória seus momentos de felicidade.
  - (D) Quando não (**parecer**) restar ao idoso desencantado senão memórias infelizes, cumpra-lhe tornar felizes os dias que lhe sobram.
  - (E) Ao envelhecimento feliz (**costumar**) agregar-se imagens de outra época em que se foi igualmente feliz, em atração recíproca.



11. O emprego da pontuação e a observância do sinal de crase estão adequados na frase:
- (A) Quando se está à envelhecer, as nossas sensações boas ou más, parecem confundir-se em nosso espírito.
  - (B) Não se tribute as nossas experiências desafortunadas, a responsabilidade maior de um penoso envelhecimento.
  - (C) Em meio aquelas boas horas da infância, sempre havia alguma suspeita, de que tudo logo acabaria.
  - (D) Quem diria, que a proporção que o tempo passa, mais retornos imaginários experimentamos à outras idades?
  - (E) Corresse o tempo de modo uniforme, como alguns acreditam, não voltaríamos às mais antigas sensações.

Atenção: Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo.

### Jurar ou planejar

*Num de seus contos provocadores, Machado de Assis põe em cena um casal de apaixonados que faz um juramento de amor, por conta de uma longa separação que devem cumprir. A jura é quebrada pela moça, que se apaixona por outro, e o narrador faz ver que ela está "muito próxima da Natureza", ou seja, que ela atende aos movimentos mais naturais da vida.*

*Jurar é desafiar o tempo, o destino, o futuro; é afirmar que nada pode ser maior que nosso desejo de agir conforme juramos. Um juramento expõe a beleza da vontade humana, como afirmação nossa, mas sua quebra mostra também nossos limites.*

*Dirão os mais racionalistas: não jure, planeje. Diante do futuro, levante hipóteses de trabalho e as analise, não tome nenhuma como definitiva. Mas o homem insiste em sonhar para além do que é planejável, e o que dá certo nos bons planejamentos acaba tornando-o ainda mais convicto de que sua vontade é tudo, sendo mesmo capaz de jurar por isso.*

(Joaquim de Assis Villares, inédito)

12. A convicção do narrador de Machado de Assis, na frase citada de um conto seu, supõe como argumento o fato de que
- (A) as criaturas têm seus intentos e ambições limitados pela Natureza, cujos desígnios são mais poderosos do que o desejo de conformarmos nosso futuro.
  - (B) um juramento de amor, se respeitado pelas criaturas que o fizeram, atesta que no reino dos sentimentos a Natureza não tem como prevalecer.
  - (C) as vontades humanas, quando assumidas com toda a persistência de quem as potencia, revelam-se mais fortes do que os nossos instintos naturais.
  - (D) a Natureza põe a perder o que há de melhor em nós, pois ela age, sempre metodicamente, na direção contrária à das nossas emoções.
  - (E) os fatos naturais não costumam sobrepor-se à vontade humana, a menos que as criaturas se mostrem ineficientes em seu desejo de planejar.
13. Ao se analisar mais de perto a estruturação funcional do texto, pode-se afirmar que o
- (A) 1º parágrafo tem como objetivo adiantar-se à tese conclusiva do autor, que é a de mostrar que um planejamento é mais decisivo do que as forças da Natureza.
  - (B) 2º parágrafo analisa mais intimamente o que se inclui no ato de jurar e o que ele significa, de fato, como uma específica pretensão humana.
  - (C) 3º parágrafo expõe as razões pelas quais todo juramento acaba correspondendo a uma espécie de planejamento, que se inclui no ato de jurar.
  - (D) 1º e o 2º parágrafos são contraditórios entre si, ao formularem teses divergentes sobre a função e a força da Natureza no destino dos homens.
  - (E) 2º e o 3º parágrafos são acordes ao mostrar que os limites humanos, uma vez admitidos num planejamento nosso, são superados pela mesma vontade de quem jura.

14. *Um juramento expõe a beleza da vontade humana, como afirmação nossa, mas sua quebra mostra também nossos limites.*
- Numa nova e igualmente correta redação da frase acima, iniciada agora pelo segmento **A quebra de um juramento mostra nossos limites**, pode-se seguir esta coerente complementação:
- (A) **embora não deixe de expor a beleza que está em afirmarmos nossa vontade.**
  - (B) **uma vez que nossa vontade, com sua beleza, afirma nosso acordo com a Natureza.**
  - (C) **à medida em que nossa vontade acaba expondo toda a sua beleza.**
  - (D) **até por que também se expõem o que há de belo na afirmação de nossa vontade.**
  - (E) **não fosse a beleza que também têm na quebra mesma da nossa vontade.**



15. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Sempre há alguma provocação nos contos machadianos, em cujos encontramos teses das quais é difícil rebater.
- (B) Um juramento faz crer que é no tempo, onde podemos confiar, que daremos vazão a força das nossas vontades.
- (C) A força de um juramento, cuja beleza está na disposição da vontade humana, pode reverter em amarga frustração.
- (D) Alguns sentem aversão de jurar, por isso mostram preferência com os cuidados de um planejamento.
- (E) A natureza guarda em suas leis uma força da qual é inútil nos opormos, ainda quando munidos na máxima vontade.

### Matemática, Raciocínio Lógico-Matemático e Estatística

16. Sejam 3 cidades (X, Y e Z) localizadas em uma determinada região. A cada 25 minutos sai um ônibus de X para Y e a cada 15 minutos sai um ônibus de X para Z. Sabe-se que às 8 horas e 30 minutos saiu um ônibus de X para Y e um ônibus de X para Z. O primeiro horário após o meio-dia em que vai sair um ônibus de X para Y e um ônibus de X para Z será às
- (A) 12 horas e 30 minutos.
- (B) 13 horas.
- (C) 12 horas e 45 minutos.
- (D) 12 horas e 15 minutos.
- (E) 13 horas e 15 minutos.

17. Em uma sala se encontra em reunião um grupo de pessoas formado por homens e mulheres. Em um determinado momento, 20% das mulheres deixaram o recinto e o número de mulheres ficou igual a  $\frac{3}{5}$  do número de homens. Se o total do grupo passou a ser de 32 pessoas, então a porcentagem de homens na sala passou a ser de
- (A) 84,25%.
- (B) 62,50%.
- (C) 56,25%.
- (D) 50,00%.
- (E) 87,50%.

18. Seja a seguinte proposição: "Se um profissional é formado em Administração, então ele está apto a realizar determinado trabalho." Pode-se afirmar que
- (A) somente quem é formado em Administração está apto a realizar determinado trabalho.
- (B) a maioria dos profissionais que estão aptos a realizar determinado trabalho são formados em Administração.
- (C) se Roberto está apto a realizar determinado trabalho, conclui-se que ele é formado em Administração.
- (D) é possível que exista um profissional que está apto a realizar determinado trabalho e não seja formado em Administração.
- (E) se Miguel não é formado em Administração, conclui-se que ele não está apto a realizar determinado trabalho.

19. Durante 40 dias, foi registrado o número de pessoas atendidas por dia em um guichê de uma repartição. A tabela abaixo apresentou os dados observados sendo que não foram fornecidas as quantidades de dias em que foram atendidas uma pessoa por dia e duas pessoas por dia, indicadas na tabela por  $q_1$  e  $q_2$ , respectivamente.

Número de pessoas atendidas	Quantidade de dias
0	9
1	$q_1$
2	$q_2$
3	5
4	<u>1</u>
Total	40

Sabendo-se que a mediana correspondente foi igual 1,5, tem-se que a soma da moda e da média aritmética (número de pessoas atendidas por dia) foi igual a

- (A) 3,00.
- (B) 2,80.
- (C) 3,45.
- (D) 3,20.
- (E) 2,95.



20. Uma população é formada pelos salários dos empregados de uma empresa. Decide-se dar um aumento de 10% sobre todos os salários mais um adicional fixo de R\$ 500,00 para todos os salários. Com relação às medidas de tendência central e de dispersão é correto afirmar que a nova população formada terá
- (A) um desvio padrão igual ao desvio padrão da população anterior multiplicado por 1,10 acrescido de R\$ 500,00.
  - (B) uma variância igual à variância da população anterior multiplicada por 1,21 acrescida de 250.000 (R\$)<sup>2</sup>.
  - (C) uma média aritmética igual à média aritmética da população anterior acrescida de R\$ 500,00.
  - (D) uma mediana igual à mediana da população anterior acrescida de R\$ 500,00.
  - (E) um desvio padrão igual ao desvio padrão da população anterior multiplicado por 1,10 e uma variância igual à variância da população anterior multiplicada por 1,21.
- 
21. Um levantamento é realizado em um clube que oferece aos seus associados somente três modalidades de esporte: Futebol, Basquete e Vôlei. Verificou-se que 70% dos sócios gostam de Futebol, 65% gostam de Basquete, 38% gostam de Vôlei, 10% gostam das três modalidades oferecidas e 2% não gostam de qualquer modalidade oferecida pelo clube. Escolhendo aleatoriamente um sócio do clube, a probabilidade de ele gostar de duas e somente duas das modalidades oferecidas é de
- (A) 45%.
  - (B) 40%.
  - (C) 55%.
  - (D) 60%.
  - (E) 65%.
- 
22. Uma população de tamanho 1.600 é dividida em 80 subpopulações distintas. Por meio de um sorteio, 20 subpopulações são selecionadas e todos os elementos nas subpopulações selecionadas são observados. Este tipo de amostragem é denominado de Amostragem
- (A) por Conglomerados.
  - (B) Sistemática.
  - (C) Aleatória Estratificada.
  - (D) Determinística.
  - (E) por Quotas.

**Noções de Direito Constitucional**

23. Considere as seguintes atribuições dos órgãos do poder, no sistema constitucional vigente:
- I. Tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
  - II. Fixação do subsídio dos Ministros de Estado.
  - III. Aprovação, por maioria absoluta e por voto secreto, da exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
  - IV. Extinção de cargos públicos vagos da administração federal.

De acordo com a Constituição Federal, trata-se de atribuições, respectivamente,

	I	II	III	IV
A	da Câmara dos Deputados	do Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República	do Senado Federal	do Presidente da República
B	do Congresso Nacional	do Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República	do Congresso Nacional	do Presidente da República
C	da Câmara dos Deputados	do Presidente da República	da Câmara dos Deputados	do Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República
D	do Senado Federal	do Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República	do Congresso Nacional	do Presidente da República
E	do Congresso Nacional	do Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República	do Senado Federal	do Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República



24. Será compatível com a disciplina das finanças públicas na Constituição Federal a hipótese em que
- (A) a União deixe de efetuar ao Município transferência relativa à execução de programação orçamentária proveniente da aprovação de emenda parlamentar individual ao projeto de lei orçamentária federal, por estar o Município em situação de inadimplência.
  - (B) o Município considere, como integrante da base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação do limite de despesa de pessoal fixado em lei complementar, a transferência da União relativa à execução de programação orçamentária proveniente da aprovação de emenda parlamentar individual ao projeto de lei orçamentária federal.
  - (C) haja o remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra, mediante ato do Poder Executivo, independentemente de prévia autorização legislativa, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de realizar projeto restrito a uma dessas funções.
  - (D) haja vinculação de receitas geradas pelo produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores pertencente ao Município para o fim de pagamento de débitos do Município para com o próprio Estado.
  - (E) o servidor público municipal não estável seja exonerado, a fim de o Município cumprir limite de despesa com pessoal estabelecido em lei complementar, mediante indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
- 
25. À luz da Constituição Federal, é permitido ao Município, na implementação de políticas públicas voltadas à educação, à cultura e ao desporto,
- (A) destinar recursos públicos para a concessão de bolsas de estudo para o ensino fundamental, aos que demonstrarem insuficiência de recursos, como alternativa aos cursos regulares oferecidos pela rede pública na localidade da residência do educando.
  - (B) vincular a fundo de fomento à cultura até seis décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais não relacionados diretamente aos investimentos ou ações apoiados.
  - (C) organizar, por meio de Decreto do chefe do Executivo, o sistema de cultura municipal, em regulamentação à lei federal que cria o Sistema Nacional de Cultura.
  - (D) destinar recursos públicos para a promoção prioritária do desporto de alto rendimento, como mecanismo de fomento a práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um.
  - (E) oferecer ensino religioso, de matrícula facultativa, como disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental e assegurar às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

### Nocões de Direito Administrativo

26. O exercício do poder normativo pelos entes públicos configura
- (A) atuação que abrange a edição de decretos regulamentares sem inovação de mérito em face da lei regulamentada, embora também permita a edição de decretos autônomos em situações expressamente previstas.
  - (B) expressão do princípio da supremacia do interesse público, pois admite que o Executivo possa editar atos normativos quando houver omissão, voluntária ou involuntária, da legislação.
  - (C) corolário do princípio da eficiência, tendo em vista que a agilidade da atuação do Executivo permite a edição de decretos para disciplinar a situação dos administrados de forma mais aderente à efetiva necessidade dos mesmos.
  - (D) manifestação do princípio da legalidade, tendo em vista que a edição de decretos pelo Executivo se dá tanto pela edição de decretos regulamentares quanto para a edição de decretos autônomos, de caráter geral e abstrato, para suprir lacunas da lei.
  - (E) expressão dos princípios da celeridade e da eficiência, pois tem lugar para viabilizar a edição de decretos que veiculem soluções para casos concretos, diante da inexistência de previsão legal a respeito.

27. Durante a execução de uma obra de construção de rodovia que contempla a implantação de um acesso para um bairro vizinho, considerado estratégico em razão da interligação com a zona industrial do município, algumas casas da região foram interditadas em razão do surgimento de rachaduras internas e externas, que demonstram danos estruturais nos imóveis. A empresa responsável pela execução das obras e pela posterior exploração da mesma é uma empresa pública estadual, que afirma não ter havido qualquer ação de seus funcionários que pudesse ter causado os danos verificados. Diante desse cenário,
- (A) a empresa estatal não poderá ser responsabilizada, salvo se comprovada culpa de seus funcionários, já que não se submete à modalidade objetiva de responsabilidade.
- (B) cabe à empresa estatal o integral ressarcimento dos danos causados às residências, seja em função do vínculo estatutário, seja porque a responsabilidade objetiva prescinde de demonstração denexo causal e culpa dos agentes.
- (C) deverá a empresa estatal responder objetivamente pelos danos causados, desde que fique demonstrado que foi um de seus funcionários públicos, detentores de vínculo estatutário, que deu causa aos danos.
- (D) não é necessária a comprovação de culpa ou de nexode causalidade, desde que concretamente comprovados os danos, para que a empresa seja responsabilizada objetivamente.
- (E) é indispensável demonstrar o nexode causalidade entre os danos concretos sofridos pelos moradores e a ação ou omissão dos agentes públicos, para responsabilização da empresa pública.
- 
28. Quando um agente público comete ato de improbidade, sabe-se que
- (A) se trata de servidor público estatutário ou celetista, admitidos mediante concurso público, não sendo indispensável a comprovação de conduta dolosa para aquela configuração.
- (B) o terceiro que tiver participado, induzido ou concorrido para a prática do ato poderá sofrer as sanções previstas na mesma lei.
- (C) para sua condenação é indispensável a comprovação de dolo, independentemente da modalidade em questão.
- (D) agiu com a reprovável quebra de confiança, configurando dolo presumido, o que enseja condenação por ato de improbidade.
- (E) sua conduta culposa é suficiente para aplicação de algumas penalidades acessórias, mas não admite a tipificação como uma modalidade individualizada de ato de improbidade.

#### Noções de Direito Financeiro

29. Suponha que o Município tenha se defrontado com situação de calamidade pública, em função de fortes chuvas na região metropolitana, necessitando realizar obras emergenciais de contenção. Ocorre que a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente não contempla dotações orçamentárias específicas para suportar as despesas correspondentes. Diante desse cenário e de acordo com as disposições constitucionais e legais pertinentes,
- (A) cabe a abertura de crédito adicional extraordinário para dar suporte às referidas despesas, independentemente de autorização legislativa.
- (B) as despesas deverão ser suportadas por créditos adicionais suplementares com anulação, por decreto e independentemente de autorização legislativa, de outras dotações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (C) cabe o remanejamento de outras dotações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), com a sua realocação para dar suporte às despesas extraordinárias, independentemente de previsão legal, desde que para a mesma categoria econômica.
- (D) as despesas deverão ser suportadas por créditos especiais adicionais, desde que não extrapolem o montante estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (E) as despesas deverão ser suportadas com a abertura de créditos adicionais extraordinários ou especiais, ambos necessitando de prévia autorização legislativa.
- 
30. Considere que, no primeiro ano do seu mandato, mais precisamente no mês de março, o Chefe do Executivo do Município tenha se defrontado com forte frustração da arrecadação da receita prevista na Lei Orçamentária Anual vigente gerando insuficiência de caixa e dificultando o cumprimento das obrigações correntes do Município. Diante de tal cenário, aventou a possibilidade de realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO). De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, tal alternativa afigura-se juridicamente
- (A) viável, desde que conte com autorização legislativa e observados requisitos legais específicos, devendo ser liquidada até o dia 10 de dezembro do exercício em curso, não sendo possível, contudo, se houver operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
- (B) inviável, eis que operações de tal natureza somente podem ser realizadas no último ano do mandato do Chefe do Executivo, mediante autorização legislativa e observado o limite de endividamento do ente, fixado em resolução do Senado Federal.
- (C) viável, desde que não extrapole o montante da previsão de receitas constante da LOA e seja liquidada integralmente até o final do mandato em curso, devendo ser cumpridos, no que couber, os demais requisitos para realização de operações de crédito ordinárias.
- (D) inviável, eis que tal modalidade de operação de crédito de curto prazo restou expressamente vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, salvo mediante autorização extraordinária da União, por medida provisória, e de acordo com condições específicas fixadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- (E) inviável, eis que a insuficiência de caixa que autoriza a realização de ARO somente pode ser verificada a partir do último quadrimestre do ano, com base nos relatórios de execução orçamentária cotejados com os valores constantes no Anexo de Metas Fiscais que integra a LOA.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Pública**

31. A coordenação é uma das atividades próprias do administrador no âmbito da estrutura organizacional. Nesse contexto, o fenômeno denominado "ajuste espontâneo"
- (A) está presente apenas em organizações pouco estruturadas, pois, dado o seu caráter informal e empírico, substitui as etapas de direção e comunicação existentes nas organizações formais.
  - (B) é próprio da atividade de controle e não propriamente de coordenação, sendo utilizado para realinhar a atuação dos membros da organização aos objetivos estratégicos desta.
  - (C) é apontado pela literatura como um desvio na função de coordenação, na medida em que afasta a comunicação e a direção.
  - (D) se dá pela comunicação formal ou informal, entre os que são responsáveis pelas atividades na organização, situando-se no âmbito da contribuição voluntária entre eles.
  - (E) consiste na função de comando exercida pelo gestor sobre todos aqueles que lhe são subordinados, por meio de comandos diretos aos quais estes devem se ajustar obrigatoriamente.
- 
32. Considere que uma determinada organização tenha adotado, como modelo de estrutura organizacional, uma estrutura matricial. Isso significa que, entre outras características, tal organização
- (A) é descentralizada no que concerne à atuação operacional, com presença de filiais ou sucursais, porém centraliza sua apuração de resultados na unidade matriz.
  - (B) possui centros de resultados ou órgãos vinculados a projetos, com duração limitada à duração de tais projetos, e outros órgãos de apoio, estes últimos de natureza permanente.
  - (C) é departamentalizada pelo critério geográfico, com centros de custo vinculados ao perfil da clientela correspondente e, portanto, de natureza mutável.
  - (D) é departamentalizada pelo critério de produção, com subdivisão em área fim e área meio, estas últimas de natureza não permanente.
  - (E) é fortemente centralizada, ao contrário do modelo divisional, não comportando departamentalização ou instituição de centros de custos com autonomia para apuração de resultados.
- 
33. O modelo burocrático de Administração pública costuma ser criticado pelo excesso de rigidez; contudo, um outro aspecto deste que costuma ser ressaltado pela literatura consiste na
- (A) substituição de controles formais da atividade administrativa por controles de resultados, com foco na eficiência administrativa.
  - (B) resistência à atuação direta do Estado na exploração de atividades econômicas, que somente foi introduzida a partir do subsequente modelo gerencial.
  - (C) meritocracia, buscando a superação do clientelismo e nepotismo próprios do antecedente modelo patrimonialista.
  - (D) profissionalização e avaliação dos servidores, com introdução de mecanismos de planejamento estratégico e remuneração por resultados.
  - (E) transparência da atuação da Administração, com a introdução de mecanismos de participação popular até então inexistentes.
- 
34. O modelo de excelência desenvolvido pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) apresenta critérios de excelência tendo como referência organizações de destaque em nível mundial, cuja funcionalidade consiste
- (A) em viabilizar a avaliação do grau de excelência exclusivamente das organizações privadas, aplicando-se às públicas apenas os fundamentos de excelência da FNQ.
  - (B) exclusivamente na atribuição de premiação por excelência em gestão, conferida pela FNQ mediante avaliação independente das organizações públicas.
  - (C) em possibilitar às organizações, públicas ou privadas, a avaliação da sua atuação, a partir de subitens e suas pontuações, para determinar o estágio de maturidade em que se encontram em termos de excelência.
  - (D) na equiparação das práticas de excelência das organizações privadas às entidades públicas, mediante assinatura de termo de compromisso para adoção das Boas Práticas preconizadas pela FNQ.
  - (E) em possibilitar a certificação das organizações públicas a partir de auditoria de qualidade aplicada por instituições privadas credenciadas pela FNQ.

35. Considere que determinado cidadão tenha se dirigido a um órgão da Administração pública federal, solicitando a expedição de certidão de tempo de serviço prestado naquele âmbito, necessária para ingressar com seu pedido de aposentadoria junto ao órgão previdenciário municipal. De acordo com as disposições do Decreto Federal nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que disciplina a simplificação e racionalização de serviços públicos, o órgão federal
- (A) somente estará dispensado da exigência de documentos autenticados se o interessado for servidor público e assinar declaração de responsabilidade sob as penas da lei.
  - (B) estará obrigado a fornecer a certidão diretamente ao órgão municipal, sem qualquer ônus para o cidadão, no prazo máximo de 5 dias úteis.
  - (C) não exigirá autenticação de documentos ou reconhecimento de firma apenas na hipótese de haver convênio ou termo de colaboração operacional com o município onde a certidão será utilizada.
  - (D) poderá, a seu critério e de acordo com normatização interna vigente, conferir gratuidade de taxa ou emolumento para a expedição de certidão, bem como dispensa de autenticação de documentos.
  - (E) não poderá exigir autenticação dos documentos necessários para o fornecimento da certidão, desde que expedidos no País, salvo se houver dúvida fundada quanto a autenticidade ou previsão legal específica.
- 
36. A gestão do desempenho organizacional é uma atividade desafiadora, que exige dos gestores preparo e comprometimento, além do alinhamento aos objetivos institucionais. A etapa de avaliação de desempenho apresenta desafios adicionais, especialmente para evitar excesso de subjetividade, vícios e desvios que possam comprometer os resultados apresentados. Um dos desvios mais comuns apontados pela literatura é denominado efeito halo, que está diretamente relacionado com
- (A) o apego do avaliador a conceitos e premissas preestabelecidas sobre a conduta idealmente esperada dos avaliados, introduzindo um referencial distorcido para avaliação.
  - (B) tendência a generalizações por parte do avaliador, que acaba por estender o resultado de uma das características avaliada para todos os demais aspectos da avaliação do indivíduo.
  - (C) a falta de comprometimento do avaliador, que não se apresenta identificado com os objetivos da organização e, portanto, não detém condições para aferir o desempenho dos avaliados.
  - (D) a leniência do avaliador, que não pretende se indispor com os avaliados e, portanto, não aponta os aspectos negativos ou insatisfatórios de cada um deles.
  - (E) a pouca informação detida ou fornecida ao avaliador acerca dos avaliados, fazendo com que a avaliação se restrinja a fatos e condutas recentes e características superficiais dos avaliados.
- 
37. Considere que determinada entidade integrante da Administração indireta esteja iniciando um procedimento de avaliação de desempenho de seus colaboradores e, para tanto, tenha optado por aplicar a metodologia conhecida como Avaliação 360° ou circular. Nesse contexto, de acordo com a referida metodologia, a avaliação deverá
- (A) estar limitada ao período de um ano, com o estabelecimento de metas mensais para reavaliação periódica.
  - (B) envolver apenas a participação da chefia imediata do avaliado, sendo classificada como do tipo *top-down*.
  - (C) contar, necessariamente, com a supervisão de um avaliador externo a fim de evitar distorções.
  - (D) contemplar a avaliação por aqueles que se relacionam com o avaliado e não apenas por seus superiores.
  - (E) basear-se exclusivamente na autoavaliação, cabendo ao próprio avaliado apresentar o resultado da avaliação.
- 
38. Suponha que uma entidade integrante da Administração indireta do Município (sociedade de economia mista municipal) pretenda aplicar a metodologia *Balanced Scorecard (BSC)* no âmbito de seu planejamento estratégico. Nesse contexto, a utilização dos denominados mapas estratégicos
- (A) corresponde à representação dos principais processos de trabalho existentes na organização, com a identificação das ineficiências a serem superadas.
  - (B) avalia a posição ocupada pela organização no mercado em que atua, público ou privado, comparativamente a outras consideradas de excelência.
  - (C) estabelece o caminho a ser percorrido pela organização para a consecução de seus objetivos, com a definição de todas as ações correspondentes.
  - (D) define os objetivos estratégicos, metas e indicadores de desempenho aptos a fornecer informações mensuráveis sobre os resultados obtidos.
  - (E) possibilita a visualização das relações de causa e efeito entre as perspectivas estratégicas e os objetivos da organização.
- 
39. O conceito de *accountability* aplicado ao setor público, entre uma de suas acepções correntes, corresponde à
- (A) relação de legitimidade dos governantes para o exercício do poder.
  - (B) capacidade dos governantes de decidir e implementar políticas públicas.
  - (C) prestação de contas pelos agentes públicos aos cidadãos e responsabilização por sua atuação.
  - (D) aplicação de mecanismos privados na gestão financeira da Administração.
  - (E) adoção do orçamento por resultados, a partir da convergência com normas de contabilidade privada.



40. As organizações públicas ou privadas podem ser avaliadas sob a perspectiva do grau de maturidade na gestão/gerenciamento de seus processos. Para tanto, diferentes metodologias se apresentam, entre as quais a predicada pela *Society for Design and Process Science (SDPS)*, segundo a qual a maturidade dos processos
- (A) indica o grau de minimização de riscos e efeitos indesejados, sendo os processos denominados modelados os que integram o Nível 1 de maturidade.
  - (B) depende do mapeamento de suas etapas, com identificação de *inputs* e *outputs*, sendo os processos denominados emulados os mais precários na classificação de maturidade.
  - (C) depende do uso intensivo de ferramentas metodológicas, como a estrutura analítica de riscos e o gerenciamento de escopo.
  - (D) pode ser aferida a partir de ferramentas como o *workflow*, que mede o nível de falhas repetitivas e pontos nodais dos processos.
  - (E) está diretamente relacionada com a aplicação de tecnologia da informação, evitando a ocorrência dos denominados processos interoperados, os quais não promovem cadeias de valor.
- 
41. Considere que a área de suprimentos de determinada entidade integrante da Administração municipal aplique, para fins de administração de materiais, a ferramenta conhecida como Curva ABC, o que significa que enfatiza
- (A) a gestão dos itens que apresentam o maior valor de demanda e importância financeira.
  - (B) o controle com base na perecibilidade dos itens e no seu fluxo de reposição.
  - (C) o grau de criticidade que a ausência do item gera para as áreas operacionais da organização.
  - (D) a redução de custos, com ênfase na reposição de itens de menor impacto financeiro na aquisição.
  - (E) a identificação e escolha de apenas 3 categorias de materiais para otimização de gestão.
- 
42. Um dos principais diferenciais apresentado pelo método de controle e gestão de estoques conhecido como Kanban em relação ao sistema tradicional de abastecimento das organizações consiste
- (A) no aumento da estocagem dos itens finais de produção, importando redução dos custos direta e inversamente proporcionais à manutenção de estoques.
  - (B) na ampliação dos estoques intermediários, sustentando que é o nível de estoque que determina (empurra) a demanda.
  - (C) na aplicação do conceito *just in time*, no qual é a velocidade da produção que determina (puxa) a reposição de estoques.
  - (D) na supressão do giro de estoque, com ampliação do número de vezes em que determinado item de material é reposto na organização.
  - (E) no aumento da taxa de cobertura ou antigiro, gerando maior tempo para atendimento das demandas da área meio em benefício da área fim.
- 
43. Considere que determinada empresa municipal encarregada do desenvolvimento e acompanhamento de projetos estratégicos no âmbito do Município pretenda aprimorar a gestão de tais projetos utilizando ferramentas de gerenciamento consagradas. Nesse sentido, contratou consultoria especializada, a qual apontou duas possíveis ferramentas para atingir os fins pretendidos: *Program Evaluation and Review Technique (PERT)* e *Critical Path Method (CPM)*. Uma das principais diferenças entre tais métodos consiste
- (A) na ênfase em gestão de riscos adotada pelo PERT, que mapeia e retira todos os pontos nodais que impactam a execução do projeto, ao contrário do CPM, que tem como premissa a compensação interna de eventuais desvios.
  - (B) no foco no tempo de execução enfatizado pelo CPM, que detalha o cronograma de execução do projeto, e a ênfase na qualidade final preconizada pelo PERT, mesmo que em detrimento do cumprimento do cronograma.
  - (C) no caráter probabilístico do PERT, que utiliza a média ponderada de estimativas (provável, pessimista e otimista), e determinístico do CPM, que indica as atividades que não podem sofrer atrasos sob pena de comprometer o prazo estabelecido para a conclusão do projeto.
  - (D) na ação corretiva do CPM, que identifica e corrige os desvios de rota na execução do projeto, e no caráter preventivo do PERT, que atua prioritariamente no treinamento e na capacitação para gerenciamento de projetos prioritários.
  - (E) na aplicabilidade restrita do PERT, cujo sucesso depende de gestores treinados e uso intensivo de ferramentas de tecnologia da informação, ao contrário do CPM, que é um método simples e de fácil aplicação, porém de menor rigor técnico.
- 
44. O denominado Ciclo PDCA constitui uma ferramenta/metodologia amplamente aplicada na gestão de processos nas organizações, focado na melhoria contínua, contemplando as etapas de
- (A) projetos; desenvolvimento; conferência; aplicação.
  - (B) prospecção; desenvolvimento; consolidação; ação.
  - (C) priorização; descarte; correção; aferição.
  - (D) propostas; definições; comprometimento; atuação.
  - (E) planejamento; execução; controle; avaliação.

45. Suponha que determinado cidadão tenha protocolado pedido de informação, invocando a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), perante autarquia municipal, solicitando informações sobre os projetos constantes em seu planejamento estratégico, bem como sobre os indicadores estabelecidos para aferição das metas e resultados estabelecidos. A referida autarquia, contudo, negou acesso à referida informação. À luz da legislação aplicável, tal conduta afigura-se juridicamente legítima
- (A) independentemente do eventual caráter sigiloso da informação, na medida em que a Lei de Acesso à Informação não confere o direito subjetivo ao conhecimento de projetos, mas apenas de ações públicas concretas.
  - (B) na hipótese de se tratar de informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
  - (C) na hipótese de se tratar de autarquia que atue em atividades de ensino, eis que a Lei de Acesso à Informação apenas se aplica a entidades prestadoras de serviço público.
  - (D) caso o interessado não decline as razões determinantes de sua solicitação, eis que tais esclarecimentos constituem requisito necessário para o acesso à informação.
  - (E) caso referidas informações sejam consideradas privativas pelos dirigentes da autarquia, que detém a prerrogativa de indeferir o pedido de acesso por razões de conveniência e oportunidade.

### Gestão de Processos, Projetos e Tecnologia da Informação

46. Na BPMN 2 os *gateways* representam uma divisão ou convergência no gráfico do processo. Os *gateways*
- (A) paralelos (*parallel gateways*) indicam que das duas tarefas subsequentes, apenas uma poderá ser executada.
  - (B) inclusivo (*inclusive gateway*) divide o processo apenas em duas ramificações, com uma explicação de qual condição deve ser atendida para que o fluxo continue em cada uma das ramificações.
  - (C) complexos (*complex gateways*) modelam comportamento de sincronização linear sem expressões para descrever o comportamento do *gateway*.
  - (D) baseados em evento (*event-based gateways*) podem indicar que a continuação do processo depende de mais dados, de aguardar algum tempo ou ainda de atender outra condição.
  - (E) exclusivos (*exclusive gateways*) indicam que as tarefas subsequentes poderão ocorrer simultaneamente.
47. Um Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão foi encarregado de implementar o Gerenciamento de Processos de Negócio (*Business Process Management – BPM*) em uma organização. Seguindo o guia CBOK 3.0, ele corretamente
- (A) orientou a área de tecnologia para desempenhar um papel de apoio e não de liderança no processo de implementação do BPM.
  - (B) implementou BPM sem o patrocínio das lideranças executivas, que normalmente são resistentes à mudança.
  - (C) definiu a implementação do BPM como um projeto de Tecnologia da Informação.
  - (D) implementou BPM a partir dos níveis operacionais e áreas funcionais específicas para evitar um amplo envolvimento institucional.
  - (E) argumentou que a implementação do BPM baseada em um método sólido, mas sem suporte de tecnologia, jamais será bem-sucedida.
48. Um Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão sentia dificuldades na gestão de documentos em papel, pois passava horas tentando localizar documentos mal arquivados e/ou extraviados, o que muitas vezes exigia deslocamentos demorados a uma instalação de armazenagem exterior à organização. Para evitar essa situação, a organização adotou o gerenciamento eletrônico de documentos. Para fins de recuperação após desastre, uma alternativa adequada é replicar os registros dos documentos em
- (A) um servidor na nuvem (*cloud*).
  - (B) outro servidor no mesmo *Data Center*.
  - (C) um *disk array* no mesmo servidor.
  - (D) um servidor localizado em outra sala do edifício.
  - (E) um *armored disk* do servidor de *backup* local do *Data Center*.
49. Um Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão está desenvolvendo o cronograma de um projeto seguindo as recomendações do guia PMBOK® 6ª edição. Para estimar a duração mínima do projeto e determinar o grau de flexibilidade nas sequências lógicas das atividades da rede, dentro do modelo do cronograma, ele deverá utilizar
- (A) a técnica de compressão do cronograma.
  - (B) a técnica de análise de dados e otimização.
  - (C) o método do caminho crítico.
  - (D) o método de análise de variação.
  - (E) o método de Monte Carlo.



50. O processo de implantação de sistemas envolve um conjunto de etapas objetivando atender as necessidades operacionais do cliente e concluir a implantação no menor prazo e com a maior economia de recursos materiais e humanos possível. Na etapa de
- (A) Diagnóstico objetiva-se obter uma estimativa de implantação realística, de acordo com o nível gerencial e organizacional da empresa, porém, ainda sem nenhuma preocupação com os processos operacionais.
  - (B) Planejamento e Cronograma elabora-se plano de trabalho detalhado da implantação etapa por etapa, definindo-se ainda deveres e obrigação de todas as pessoas envolvidas: consultor de implantação, diretoria, gerência e usuários.
  - (C) Customizações do Sistema, apesar de realizado o detalhamento e especificação das customizações necessárias para atender uma demanda específica da atividade empresarial, não é considerada a regulamentação do setor em que a organização atua.
  - (D) Mapeamento de Dados e Processos faz-se o levantamento de informações de negócio, de processos gerenciais e necessidades da alta gestão, sem preocupação com os níveis operacionais ou departamentais.
  - (E) Homologação e Treinamento faz-se a configuração dos sistemas de acordo com as características operacionais da empresa e o treinamento de seus usuários, não incluindo, porém, nenhuma atividade envolvendo testes.
- 
51. Para gerenciar os recursos do projeto é recomendável planejar o gerenciamento dos recursos, processo que envolve definir, adquirir, gerenciar e utilizar recursos físicos e de equipe. Nessa etapa, o Guia PMBOK 6ª edição recomenda, como uma das ferramentas,
- (A) o registro de lições aprendidas, no qual técnicas eficazes para gerenciar a logística dos recursos, descartes, variações de uso e ações corretivas são registradas para guiar projetos futuros.
  - (B) a estrutura analítica dos recursos, para mostrar como as entregas do projeto são decompostas em pacotes de trabalho, fornecendo uma visão das áreas de responsabilidade de modo detalhado.
  - (C) a análise de tendências, para determinar os recursos necessários em estágios futuros do projeto, examinando o desempenho do projeto ao longo do tempo para determinar se o desempenho está melhorando ou piorando.
  - (D) a estimativa paramétrica, que utiliza um relacionamento estatístico entre dados históricos e outras variáveis para calcular as quantidades de recursos necessárias para uma atividade, com base em históricos de parâmetros de projeto.
  - (E) a matriz RACI, para garantir a designação clara de papéis e responsabilidades quando a equipe consiste em recursos internos e externos.
- 
52. Um Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão está trabalhando na criação da Matriz de Responsabilidades (*Responsible, Accountable, Consulted, Informed* – RACI) de um projeto de desenvolvimento de *software*, considerando, corretamente, que
- (A) toda atividade precisa ter um *Responsible*, mas não necessita de um *Accountable*.
  - (B) não pode existir mais de um *Accountable* para uma mesma atividade.
  - (C) todas as tarefas precisam ter pelo menos um *Consulted* e um *Informed*.
  - (D) não é permitido, na prática cotidiana da gestão de projetos, adaptar a matriz incluindo novos papéis.
  - (E) cada atividade pode ter somente um *Responsible*, porém, permite vários *Informed*.
- 

### Economia

53. No contexto das funções de bem-estar social, a perspectiva *rawlsiana* afirma que
- (A) a melhor alocação é aquela que maximiza a utilidade total de todos os membros da sociedade.
  - (B) o resultado alcançado pelo mercado é considerado o mais equitativo.
  - (C) a locação mais equitativa maximiza a utilidade do indivíduo de menor poder aquisitivo da sociedade.
  - (D) não é desejável a busca de uma alocação equitativa.
  - (E) toda eficiência de Pareto é equitativa.
- 
54. Ao analisar os conceitos microeconômicos de “falha de mercado” e de “informação assimétrica” conclui-se que
- (A) a “falha de mercado” é um caso particular de problema da “informação assimétrica”.
  - (B) a assimetria de informação afeta apenas o excedente do consumidor, mas não afeta o do produtor.
  - (C) falhas de mercado estão associadas à sinalização inadequada a partir do sistema de preços.
  - (D) uma externalidade negativa pode ser caracterizada como uma falha de mercado, ao passo que uma externalidade positiva não pode.
  - (E) problemas de eficiência econômica associados à informação assimétrica não podem ser corrigidos com intervenção governamental sobre o funcionamento da economia.
- 
55. Um dos efeitos econômicos observados na economia brasileira, no período 1956-1960, a partir da adoção do Plano de Metas, foi
- (A) a redução da inflação.
  - (B) o crescimento contínuo do salário mínimo real.
  - (C) a redução da dívida externa total.
  - (D) a deterioração do saldo em transações correntes.
  - (E) a expansão da participação da agricultura no PIB.
-



56. A derrocada do “milagre econômico” brasileiro, em meados dos anos 1970 está associada
- (A) ao primeiro choque internacional do preço do petróleo, revelando a vulnerabilidade externa da economia brasileira.
  - (B) ao encarecimento do crédito externo, com a reciclagem dos petrodólares.
  - (C) ao acúmulo de crescentes déficits comerciais, nos últimos cinco anos dessa década.
  - (D) à chamada privatização do endividamento externo.
  - (E) à redução absoluta das reservas do país, em moeda estrangeira.
- 
57. Durante o governo Collor (1990-1992) foram adotados dois planos econômicos que tinham como objetivo principal o combate à inflação. Comparando-se o conteúdo e as conjunturas desses dois planos tem-se que
- (A) o Plano Collor I visava a romper com a indexação da economia, ao passo que o Plano Collor II trazia uma reforma financeira sem relação com a situação fiscal.
  - (B) ambos os Planos foram criados em contexto internacional neoliberal que sustentava a desestatização.
  - (C) o Plano Collor I assentava-se em forte ajuste fiscal, ao passo que o Plano Collor II estava baseado no que se convencionou chamar de “sequestro dos ativos financeiros”.
  - (D) ambos os Planos foram adotados em contexto de solidez fiscal, referendada por relativo baixo endividamento público.
  - (E) o Plano Brasil Novo procurava frear a indexação da economia com um choque de liquidez e com o congelamento de preços, ao passo que o Plano Collor II combatia a indexação sem, no entanto, congelar preços.
- 
58. Em relação à crise econômica mundial instaurada em 2008, afirma-se:
- I. O processo doméstico americano de desregulamentação financeira, ao final do século XX, foi acompanhado por um processo de desregulamentação do movimento internacional de capitais, eliminando também as restrições ao fluxo externo de capital financeiro.
  - II. A expansão do mercado de títulos públicos tem forte ligação com o déficit gêmeo americano, que se aprofunda durante a década de 1980.
  - III. A desintermediação financeira foi um fator fundamental para a proliferação da alavancagem de crédito por meio de papéis emitidos pelas próprias empresas.
  - IV. Na década de 1990, o mercado *subprime* apresentou-se como muito atrativo por ser um mercado potencial de grande porte e por apresentar uma lucratividade mais elevada que o mercado *prime*.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e IV, apenas.
  - (B) I, II e IV, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I, II e III, apenas.
  - (E) I, II, III e IV.
- 
59. Observando as taxas de desemprego no Brasil, ao longo do século XXI, nota-se
- (A) um crescimento contínuo, ano a ano.
  - (B) um pico de desempregados em 2008, ano da crise financeira global.
  - (C) um movimento oscilatório, com alta nos anos de 2012 e 2013.
  - (D) que, após exacerbação em 2003, reduzem-se até 2012.
  - (E) que, embora em níveis elevados nos dois períodos, é maior em 2005 e 2006 do que em 2016 e 2017.

#### Políticas Públicas

60. A Administração pública refere-se ao aparelho estatal, ou seja, ao conjunto formado por um governo e seus agentes administrativos, regulado por um ordenamento jurídico, que consiste no conjunto das normas, leis e funções existentes para organizar a Administração do Estado em todas as suas instâncias e tem como principal objetivo o interesse público, seguindo
- (A) os atributos da universalidade, da transparência ou visibilidade social, do controle social, da cultura cívica e da sustentabilidade.
  - (B) os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
  - (C) as concepções da universalidade, da uniformidade e da equivalência, da irredutibilidade, da diversidade e do caráter democrático e descentralizado.
  - (D) os fundamentos da finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e ampla defesa.
  - (E) os conceitos do contraditório, da segurança jurídica, do interesse público, da legalidade e da impessoalidade.



61. Para que as políticas públicas alcancem seus objetivos em uma sociedade é preciso: sujeitos políticos com capacidade para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, além de negociar de forma democrática com os diferentes sujeitos envolvidos no processo. Envolve habilidades para gerenciar complexidades e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo. Nesse sentido, a eficácia das políticas públicas depende
- (A) da ampla divulgação de tudo que diz respeito à Administração pública, buscando a imparcialidade e a neutralidade, sempre no interesse da coletividade.
  - (B) de padrões éticos como a lealdade, a honestidade, a boa fé e a probidade, que representam os valores materiais eleitos pela própria sociedade.
  - (C) dos sistemas ou subprocessos da implementação, quais sejam: gerencial, decisório, logísticos e operacionais, bem como dos processos de divulgação, informação, seleção e capacitação.
  - (D) da relação imediata entre quantidades e/ou os níveis de qualidade com que se atingem os impactos e efeitos esperados.
  - (E) do grau de eficiência da gestão, que implica não apenas a qualidade dos gestores para exercer seu ofício público, mas também um ambiente de atuação que favoreça a governança democrática e a responsabilização política.
- 
62. O Estado Moderno resulta de um processo histórico de concentração de poder que ocorreu na Europa, entre o final da Idade Média e os primeiros séculos da Idade Moderna. As transformações históricas acarretaram a organização burocrática do Estado e o reordenamento jurídico da sociedade com o reconhecimento, por parte do Estado, dos direitos dos cidadãos. Isso significa dizer que dessas transformações nasceram
- (A) a Administração pública e o Estado de direito.
  - (B) a governança e a governabilidade.
  - (C) a descentralização e a intersetorialidade.
  - (D) a máquina pública e o governo.
  - (E) as instituições públicas e as organizações da sociedade civil.
- 
63. A partir do século XVI, a Europa Ocidental sofreu diversas transformações que promoveram o crescimento das cidades, das atividades comerciais e da ciência. Foi em meio a essas mudanças que as Monarquias Nacionais surgiram, contribuindo para o fortalecimento do poder real e acarretando no desaparecimento gradual da servidão e no declínio do mundo feudal. O Estado Nacional Moderno consistiu em um conjunto de práticas envolvendo questões de ordem econômica, social e política. Assim, o símbolo da formação dos Estados Modernos na Europa deu-se com
- (A) a participação dos burgueses na condução da política.
  - (B) o processo de centralização política nas mãos do rei.
  - (C) a unificação dos países e de suas elites.
  - (D) o surgimento da representatividade política através do parlamentarismo.
  - (E) as primeiras iniciativas de implementação da democracia.
- 
64. Nos debates entre as concepções sobre governabilidade e governança, presentes na atualidade, marque 1 para a assertiva que define governabilidade, e, 2 para a assertiva que traz a definição sobre governança.
- ( ) Diz respeito à capacidade governativa em sentido amplo.
  - ( ) Capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução de metas coletivas.
  - ( ) Refere-se às condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder em uma sociedade.
  - ( ) Exercício da capacidade alargada de gestão das políticas públicas e do controle social sobre seus efeitos.
  - ( ) Compreende a forma de governo, as relações entre os poderes, o sistema partidário e o equilíbrio entre as forças políticas de oposição e situação.
- Preenche corretamente as lacunas acima, de cima para baixo,
- (A) 1 – 2 – 1 – 2 – 2
  - (B) 2 – 1 – 2 – 1 – 2
  - (C) 1 – 2 – 1 – 2 – 1
  - (D) 2 – 2 – 1 – 2 – 1
  - (E) 1 – 1 – 2 – 2 – 1
- 
65. O ciclo de desenvolvimento de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Assim, no que tange especificamente à constituição desse ciclo, é correto afirmar:
- (A) A definição de agenda estabelece-se com o suporte de três técnicas – projeções, predições e conjecturas.
  - (B) O momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas correspondem a fase de formulação de alternativas.
  - (C) A fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações.
  - (D) A avaliação ocorre nos modelos *top-down* e *bottom-up*, estando sempre presente no processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública.
  - (E) O exercício da capacidade da gestão e do controle social sobre seus efeitos, constitui na fase de tomada de decisão.



66. A formulação e implementação de políticas públicas exige uma nova arquitetura na gestão pública. Essa nova arquitetura está fundamentada
- (A) na lógica da cidadania que promove ações integradoras em torno do cidadão e do território como eixos de um desenvolvimento sustentável.
  - (B) no ideário social-democrata, com ênfase na participação e solidariedade orgânicas, de forma a garantir a democracia direta.
  - (C) no estabelecimento de mecanismos que promovam o desenvolvimento da confiança social pública, cuja responsabilidade cabe exclusivamente aos funcionários públicos.
  - (D) no papel da sociedade civil na governança e na governabilidade das políticas públicas, destacando a sua relevância no processo de *accountability*.
  - (E) na concepção de interdependência e unidimensionalidade entre as políticas públicas e as parcerias público-privadas, otimizando assim a universalização dos direitos.
- 
67. Os últimos anos do século passado marcam a transição do modelo de gestão pública burocrática para a Administração pública gerencial. Essa transição não significa negação aos princípios da burocracia clássica, mas a flexibilização de tais procedimentos e a adoção de novos instrumentos de controle do ato administrativo,
- (A) definindo-se como um conjunto de ações que mostram uma determinada forma de intervenção do Estado em relação a uma questão que receba atenção, interesse ou mobilização de outros atores da sociedade civil.
  - (B) tratando-se de um conjunto de atividades inerentes ao ciclo de gerenciamento da produção das Políticas Públicas, voltadas à sistematização de informação acerca dos aspectos considerados críticos para sucesso dos programas.
  - (C) estabelecendo-se como o conjunto de atividades – articuladas, sistemáticas e formalizadas – de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na Gestão de Políticas Públicas, por meio das organizações da sociedade civil.
  - (D) destacando-se a transparência como mecanismo de acessibilidade às informações gerenciais dos governos ao mesmo tempo em que fortalece a democracia participativa em governos cooperativos e gestão compartilhada dos interesses coletivos.
  - (E) tornando-se visíveis os indicadores avaliativos nas gestões pública, democrática e participativa, embasados nas representações da realidade.

#### Orçamento Público

68. Um dos princípios que informam a elaboração do orçamento público é o da discriminação, o qual
- (A) impede a inclusão de dotações globais ou inespecíficas, não afastando, contudo, a previsão de reserva de contingência em percentual da receita corrente líquida.
  - (B) determina que as receitas devem estar discriminadas e fixadas na Lei Orçamentária Anual, impedindo o recolhimento em montantes superiores no curso do exercício.
  - (C) predica que todas as despesas públicas devem estar previamente descritas na Lei Orçamentária Anual, embora não destinadas a órgãos específicos.
  - (D) determina que as despesas devem estar especificadas ao menos por categoria econômica, salvo aquelas destinadas a ações incluídas no Plano Plurianual.
  - (E) predica que apenas as receitas e despesas expressamente discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias podem ser incluídas na Lei Orçamentária Anual.
- 
69. O processo de discussão e aprovação da proposta de Lei Orçamentária Anual no âmbito do poder legislativo, na forma prevista na Constituição Federal,
- (A) não comporta alterações por parte dos parlamentares, aos quais cabe apenas a aprovação ou rejeição, total ou parcial, da proposta apresentada pelo Chefe do Executivo.
  - (B) admite a apresentação de emendas parlamentares, tendo como uma de suas condicionantes a compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.
  - (C) admite alterações no âmbito do legislativo exclusivamente para correções de erros materiais e para adequação aos limites fixados na Constituição para destinação de recursos às áreas da Saúde e Educação.
  - (D) comporta alterações, mediante emendas parlamentares, exclusivamente no que concerne à estimativa de receita apresentada, que poderá ser ampliada ou reduzida com base em índices de órgãos oficiais.
  - (E) admite modificação, tanto em relação às despesas como às receitas, mediante emendas parlamentares, as quais são de execução obrigatória em face do princípio do orçamento impositivo.
- 
70. Entre os itens que, obrigatoriamente, devem compor o Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias se
- (A) inserem os indicadores e metas dos programas e ações públicas para os dois exercícios subsequentes.
  - (B) insere a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
  - (C) insere a fixação do limite máximo de comprometimento de despesas de pessoal por órgão.
  - (D) insere o percentual de incremento das receitas extraordinárias a ser cumprido no exercício seguinte.
  - (E) insere o limite das transferências de recursos para entidades sem fins lucrativos.





71. Suponha que o Município pretenda instituir um Fundo Especial para destinar recursos provenientes de taxa pelo exercício de poder de polícia ao suporte das atividades de fiscalização desempenhadas pelo órgão administrativo competente. De acordo com as disposições da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, tal pretensão afigura-se juridicamente
- (A) inviável, por afronta ao princípio da unidade de caixa ou tesouraria, que determina que todos os ingressos de receita devem ser direcionados a conta única administrada por instituição financeira oficial.
  - (B) inviável, em face do princípio da não vinculação ou não afetação, que impede a destinação de tributos a órgãos ou atividades específicas.
  - (C) viável apenas se o órgão em questão for vinculado à área de Segurança Pública, computando-se tal montante no limite mínimo de destinação fixado constitucionalmente.
  - (D) viável, devendo o Fundo ser constituído por lei específica, a qual poderá estabelecer normas peculiares de aplicação das receitas a ele destinadas.
  - (E) viável, desde que conte com autorização na Lei Orçamentária Anual, sendo vedado o redirecionamento de eventuais saldos financeiros a outros fundos ou ao Tesouro.
- 
72. A Lei de Responsabilidade Fiscal, além de contemplar a fixação de limites máximos de comprometimento da receita com despesas de pessoal, estabelece vedações específicas, pautadas pelo conceito de gestão fiscal responsável, entre as quais, a
- (A) limitação do percentual de cargos em comissão a, no máximo, 10% do quadro efetivo, exceto para as empresas não dependentes.
  - (B) proibição de contratação de pessoal temporário no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, salvo para reposição de aposentadorias em cargos efetivos.
  - (C) vedação, sob pena de nulidade, a expedição de atos que gerem aumento de despesa com pessoal nos 180 dias que antecedem o final do mandato do titular do poder ou órgão referidos no mesmo diploma.
  - (D) proibição de contratação de pessoal e abertura de concursos públicos nos 90 dias que antecedem a eleição para o Poder Executivo, salvo nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública.
  - (E) vedação à manutenção de regime próprio de previdência para servidores públicos cujo equilíbrio atuarial não possa ser assegurado integralmente com contribuições dos servidores.
- 
73. Suponha que o Município tenha contratado serviços de recapeamento de vias públicas e, ao final do exercício, tendo ocorrido o empenho dos recursos destinados às despesas correspondentes bem como a medição e atestação dos serviços realizados, não logrou efetuar o pagamento devido ao contratado pelos serviços efetivamente realizados. Considerando o regime constitucional e legal vigente para execução das despesas públicas, o Município deverá
- (A) anular a liquidação de tais despesas, a qual deverá ser repetida no exercício seguinte.
  - (B) providenciar o cancelamento do empenho, em observância ao princípio da anualidade.
  - (C) inscrever tais despesas, que pertencem ao exercício findo, em restos a pagar.
  - (D) incluir dotação para pagamento de tais despesas na Lei Orçamentária do próximo exercício.
  - (E) anular as dotações que davam suporte a tais despesas e providenciar a abertura de crédito especial.
- 
74. As receitas públicas denominadas extraorçamentárias correspondem
- (A) àquelas obtidas pelas empresas estatais não dependentes, que, embora não integrem a Lei Orçamentária Anual, são computadas na receita corrente líquida do ente.
  - (B) a receitas provenientes da alienação de bens ou de direitos integrantes do patrimônio público, cuja aplicação está adstrita a despesas de capital.
  - (C) ao superávit financeiro proveniente de excesso de arrecadação e cuja aplicação deve ser direcionada a cobertura de despesas de custeio.
  - (D) ao produto de operações de crédito, cujo montante não pode extrapolar o total das despesas com investimentos para o exercício.
  - (E) a ingressos financeiros dos quais o ente é apenas depositário, que geram uma disponibilidade financeira em contrapartida a uma obrigação financeira.
- 
75. Considere que o Município, buscando maior eficiência na arrecadação de tributos, tenha decidido cancelar débitos tributários cujo valor se mostre inferior aos respectivos custos de cobrança. De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, tal ação
- (A) equipara-se a outros benefícios fiscais, como remissão ou anistia, sendo, portanto, condicionada à demonstração de redução de despesas na mesma proporção da renúncia de receitas decorrente de tal ação.
  - (B) caracteriza renúncia de receita tributária e é expressamente vedada, ficando o ente que assim proceder impedido de receber transferências voluntárias da União.
  - (C) somente pode ser adotada se expressamente prevista no anexo de metas fiscais que integra a Lei Orçamentária Anual.
  - (D) embora não vedada, condiciona-se à adoção de medidas de compensação, com a demonstração de incremento na arrecadação de impostos da mesma natureza.
  - (E) não está condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos para renúncia de receitas, não obstante caracterize benefício fiscal.

**Administração Estratégica**

76. No que concerne ao planejamento no âmbito das organizações, em suas diferentes vertentes, tem-se que o planejamento operacional
- (A) é aquele proposto pelos dirigentes da organização, baseado em uma visão sistêmica das variáveis internas e externas.
  - (B) representa uma função gerencial inerente à atividade de administrar, conforme a visão clássica de Henri Fayol ligada à capacidade de prever o que deve ocorrer (*prévoyance*).
  - (C) é fortemente influenciado pelos cenários, sendo, portando, mutável e adaptável, não obstante possua horizonte de longo prazo e visão de futuro.
  - (D) diversamente do tático, que é representado por programa, planos e cronogramas, não contempla previsão de ações concretas.
  - (E) não está adstrito ao planejamento estratégico da organização, salvo no que concerne à aderência aos recursos disponíveis para tornar suas ações praticáveis.
- 
77. A Matriz GUT, desenvolvida a partir dos estudos de Kepner e Tregoe, especialistas na resolução de questões organizacionais,
- (A) é utilizada na identificação de problemas prioritários, enquadrando-os de acordo com gravidade, urgência e tendência.
  - (B) lista as forças internas da organização, em um de seus quadrantes, indicando, no outro, as ameaças e oportunidades do ambiente.
  - (C) é focada na análise comparativa dos processos internos da organização com aqueles praticados por organizações de excelência.
  - (D) fornece informação clara e mensurável a respeito das falhas repetitivas nos processos de trabalho, a partir de uma equação composta por 4 variáveis, divididas em quadrantes próprios.
  - (E) diferencia-se da Matriz SWOT apenas pela inclusão de mais uma variável na análise dos problemas, consistente no grau de maturidade da liderança.
- 
78. Os indicadores de desempenho aplicáveis às organizações podem estar relacionados ao atingimento de seus objetivos estratégicos, ou também ao desempenho de seus processos. Para essa última abordagem podem ser utilizados os indicadores chave conhecidos como *Key Performance Indicators (KPIs)*, entre os quais pode-se citar o indicador de
- (A) eficácia, que é a conjugação da eficiência e da efetividade, apurando o melhor uso dos insumos aplicados na produção do bem ou serviço.
  - (B) eficiência, aferindo o atingimento das metas estabelecidas, independentemente da sua relação com os recursos e insumos aplicados.
  - (C) competitividade, aferindo a relação da entidade com a concorrência, podendo utilizar, para tanto, o *market share* (fatia de mercado detida pela organização).
  - (D) capacidade, que é uma derivação direta da produtividade, representando a relação entre o lucro e o investimento realizado.
  - (E) qualidade, que representa o número de falhas identificadas nos processos, independentemente das desconformidades verificadas nos produtos ou saídas.
- 
79. O denominado Diagrama de Pareto constitui uma ferramenta que
- (A) se baseia nos pilares: planejamento, ação, controle e avaliação, todos eles permeados pelo fomento ao comprometimento individual a partir do fortalecimento das lideranças.
  - (B) se baseia em quatro categorias de problemas, situados na parte operacional, denominados 4M: método; mão de obra; material e máquina.
  - (C) repensa conceitos, métodos e sistemas; primeiro define o que precisa ser feito e somente depois se preocupa em como fazer.
  - (D) parte da insatisfação com o estado atual das coisas, denominado estado da arte, redefinindo as dinâmicas da organização.
  - (E) considera que nem todos os itens merecem a mesma atenção da administração, eis que 80% do volume de problemas é constituído por apenas 20% de eventos causadores.
- 
80. Um dos conceitos contemporâneos ligados à gestão de riscos no âmbito das organizações públicas e privadas é o de *compliance*, que significa
- (A) mecanismo de aplicação de sanções aos responsáveis por condutas antiéticas e responsabilização judicial.
  - (B) compromisso com as finalidades institucionais, objetivando evitar o risco de baixa produtividade.
  - (C) controle de qualidade, focado na prevenção e tratamento dos riscos de perdas e de falhas de produção.
  - (D) atuação conforme as normas e regras fixadas, tendo como escopo evitar fraudes, ilícitos e desvios de conduta.
  - (E) governança corporativa, ou seja, o envolvimento de todos os *stakeholders* (agentes) no processo decisório